

Veto Total nº 152/22 Em: 17/02/2022

959C46CA-e



Governo do Estado de  
**RONDÔNIA**

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 7  
Disponibilização: 13/01/2022  
Publicação: 12/01/2022



Recebido, Autue-se e  
Inclua em 07/13. 414/20  
28 FEB 2022  
1º Secretário

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

22 FEB 2022

Protocolo: 152/22

Processo: 152/22

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 13, DE 12 DE JANEIRO DE 2022.

SECRETARIA LEGISLATIVA  
**RECEBIDO**

15 horas

17 FEB 2022

Adelia Limentel  
Servidor(nome legível)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Ilustre Assembleia Legislativa, que "Dispõe sobre a inadimplência do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.", encaminhado a este Executivo por intermédio da Mensagem nº 425, de 16 de dezembro de 2021.

Senhores Deputados, o Autógrafo de Lei nº 414, de 15 de dezembro de 2021, tem por objetivo permitir que a falta de pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, não será causa impeditiva para que o Poder Executivo, por meio do DETRAN-RO deixe de expedir o Certificado de Registro e Licenciamento Anual, conforme prescreve o inciso III do artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB,  **todavia se faz necessário o veto total, tendo em vista violar competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte e por tratar de assunto antagônico à Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro.**

Nesse diapasão, verifica-se que o teor da proposta de Lei disciplina sobre trânsito e transporte, ao qual cabe a competência privativa da União legislar sobre o assunto, vejamos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....  
XI - trânsito e transportes;  
.....

Dito isto, fica evidenciado que a redação da propositura, incide em vício de iniciativa, conforme exposto na Constituição Federal.

Além disto, insta ressaltar que o supracitado Código de Trânsito, prevê um Capítulo referente à licenciamento, e no seu § 2º do artigo 131 dispõe que, "somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas." (grifo nosso). Assim, será somente concedido o licenciamento quando os débitos relativos ao veículo estiverem quitados.

Neste sentido, importa trazer à baila a Lei nº 7.718, de 9 de outubro de 2017, do estado do Rio de Janeiro, com caso análogo, e que fora alvo de **Ação direta**

**de Inconstitucionalidade - ADI nº 4.796/RJ, de relatoria do Exmo. Ministro Ricardo Lewandowski, qual a Suprema Corte declarou inconstitucional, in verbis:**



“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 7.718/2017 E ART. 2º DA LEI 7.717/2017, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DETRAN/RJ. DISPENSA DA EXIGÊNCIA DE QUITAÇÃO DO IPVA PARA O REGISTRO, VISTORIA, INSPEÇÃO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO EM MATÉRIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE. ART. 22, XI, DA CF. CONVERSÃO EM JULGAMENTO DE MÉRITO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE.

I - Proposta de conversão da análise do referendo da medida cautelar em julgamento definitivo de mérito, considerando que a presente ação direta encontra-se devidamente instruída, observando-se, ainda, a economia e a eficiência processual. Precedentes.

II - Os atos normativos questionados, ao autorizarem a circulação dos veículos automotores nas vias públicas sem que tenha sido providenciado o regular pagamento do IPVA, disciplinando, diferentemente do Código de Trânsito Brasileiro, sobre os requisitos de licenciamento, vistoria anual e emissão do certificado de registro de veículo automotor, antes de tratarem de matéria tributária, disciplinam típica matéria de trânsito e transporte, cuja competência é privativa da União Federal, conforme estabelecido no art. 22, XI, da Constituição da República. Precedentes.

III - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da Lei 7.718/2017 e do art. 2º da Lei 7.717/2017, ambas do Estado do Rio de Janeiro.”

Informo ainda que, a medida enfraquece o programa de recuperação de créditos de IPVA - REFAZ IPVA, Lei nº 4.983, de 28 de abril de 2021, que “Institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual, relacionados ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e ao Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, “REFAZ IPVA/ITCD”, **cujo prazo de adesão foi prorrogado até 30 de junho de 2022, dado que será possível emitir o CRLV sem o pagamento do imposto.**

Desta forma, averigua-se que o Autógrafo em questão **padece de inconstitucionalidade formal orgânica, uma vez que a proposição invade competência privativa do Chefe do Poder Executivo Federal, bem como por estar em inconsonância com norma Federal, qual seja o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.**

Certos de ser honrado com a elevada compreensão de Vossa Excelência e, conseqüentemente à pronta manutenção deste **veto total**, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 12/01/2022, às 23:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0023266496** e o código CRC **495E248F**.

**Referência:** Caso responda esta Mensagem, indicar expressamente o Processo nº  
0005.605186/2021-81

SEI nº 002266496





AO DEPARTAMENTO  
LEGISLATIVO  
17/12/2011  
Carlos Alberto Martins Menezes  
Secretário Legislativo  
ATO n.º 030/2011 AL ERO

Referência: Caso respondido, indicar expressamente o processo nº  
0005 602186/2011-81